

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo

Class.: PIP-Geral 12

Data: 13.05.71

Pg.: _____

O índio

O debate em torno do Parque Nacional do Xingu ainda não terminou, mas não subsistem mais dúvidas acerca do destino que o espera. A BR-80 já cortou as suas terras e não tardará a levar aos índios toda sorte de doenças contra as quais eles não têm resistência. No choque entre um pragmatismo discutível e os argumentos de raiz humanista prevaleceu o primeiro. Aconteceu o que se previa. Mas, se a batalha pela preservação do Parque está perdida, nem por isso aceitamos a lógica do mais forte.

Não podemos reconhecer méritos de qualquer espécie numa política indigenista que é toda ela um amontoado de contradições. A Funai vem fazendo grande alarde na defesa das supostas vantagens da integração. Mas essa postura acientífica é condenada não só por antropólogos e etnólogos como também pelo próprio homem cujo nome vem sendo usado como bandeira integracionista. É um fato conhecido que o marechal Candido Rondon, no fim da vida, reconheceu que "já não se compreende a idéia errada de que os índios devam ser incorporados à nossa civilização". Foi mesmo mais longe, pronunciando-se pela "preservação das culturas tribais", negando as vantagens do chamado processo civilizador.

Nessa revisão de conceitos, Rondon estava certo. Em 1957, várias nações firmaram em Genebra a célebre Convenção 107, nos termos da qual as nações signatárias se comprometiam a excluir toda medida tendente à "assimilação artificial" dos povos primitivos. O Brasil assinou em 1966 esse importante acôrdo, reconhecendo implicitamente os males da integração forçada. Aliás, o IV Congresso Indigenista Interamericano retomou as teses e princípios da Convenção, salientando que a integração social de todos os habitantes de um país não significa necessariamente sua identidade e não exige "a homogeneidade absoluta de toda a população".

Dentro dessa linha de pensamento, o governo brasileiro, aproveitando a experiência dos irmãos Vilas Boas no Alto Xingu, criou na região o atual Parque Nacional, cuja área, em 1967, foi ampliada de 22.000 para 30.000 km². As teses sobre a integração das minorias primitivas estavam ao tempo tão desacreditadas entre nós — como em todo o mundo — que a Funai, ao ser fundada, também em 1967, incluiu entre seus objetivos prioritários "o resguardo à aculturação espontânea do índio, de forma que sua evolução sócio-econômica se processe a salvo de mudanças bruscas".

Como conciliar — perguntamos — esse fim com a torrente de críticas formuladas contra a notabilíssima obra dos irmãos Vilas Boas pelo atual presidente da Funai, que chegou inclusive a preconizar a extinção do Parque? Mas não estamos perante uma opinião isolada. O general Francisco Rondon vislumbra perigos terríveis nas selvas do Xingu. "Espero — declarou em conferência pronunciada no Clube de Engenharia do Rio — que a BR-80 acabe realmente com esse Parque Nacional do Xingu, que está se tornando prejudicial à segurança e ao desenvolvimento do Brasil".

Não está de resto provado que o Parque constitua um obstáculo ao desenvolvimento do Centro-Oeste do País. Contrariando a opinião do general Bandeira de Melo, o eng. Eliseu Rezende, diretor do DNER, acha que a modificação do traçado da estrada não cria-

ria problemas sem solução e teria a vantagem de preservar a reserva.

O fato concreto é a contradição entre a nova política da Funai e os princípios que ela defendia quando foi criada. Agora, para o seu presidente, tudo deve ser subordinado às necessidades da "integração". Os resultados desta já principiavam a manifestar-se. Os índios do Xingu mendigam presentes aos trabalhadores da BR-80, numa antecipação do processo civilizatório que está entusiasmando fazendeiros, empreiteiros e funcionários da Funai. Alguns proprietários falam mesmo abertamente em empregá-los "por um salário justo". "No estado tecnológico em que se encontra a sociedade nacional — as palavras são do general Bandeira de Melo — há necessidade premente de desenvolvimento das comunidades indígenas, como conjugamento ao esforço integral da política governamental. As minorias étnicas, como os indígenas brasileiros, se orientados para um planejamento bem definido, tornar-se-ão fatores participantes do progresso e da integração nacional, como produtores de bens".

Não se percebe como uns escassos milhares de índios, de cultura neolítica, possam contribuir em termos práticos para a expansão da economia nacional. Mas essa política — como assinalou recentemente a revista Visão — já teve consequências concretas, traduzindo-se na criação do fundo de Refinanciamento da Renda Indígena. Tal iniciativa, segundo o antropólogo Julio César Melatti, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, introduziu a mentalidade empresarial na Funai, desviando-a de seus fins específicos. Os funcionários do organismo tendem a transformar-se em administradores de empresas e os índios são sobretudo encarados como uma mão-de-obra barata. "Além de violentarem a tradição indígena — afirma Melatti — voltada sobretudo para atividades de subsistência, não oferecem nenhum estímulo aos índios, uma vez que não lhes é permitido manipular o rendimento produzido por seu trabalho".

Esse é o tipo de aculturação que, segundo a Funai, facilitará uma harmoniosa integração das nossas minorias étnicas primitivas. Todo esse paternalismo pseudo-humanitário oculta mal um grande desprezo pelo índio e um desconhecimento profundo da importância das culturas primitivas.

Os dirigentes da Funai deveriam ler o que sábios como La Barre escreveram a respeito dos erros e confusões que poderiam ter sido evitados, a bem do progresso, se os antigos exploradores e naturalistas tivessem confiado nas taxinômias indígenas em vez de improvisarem outras muito menos rigorosas. Não ignoramos o ceticismo displicente com que a cultura dos índios do Xingu é encarada por aqueles que desejam transformá-los em bons carpinteiros e razoáveis encaixadores. Mas merece-nos mais respeito a opinião que deles faz um antropólogo como Levi-Strauss, tido por uma das inteligências mais fulgurantes do nosso tempo. E o autor de La Pensée Sauvage, longe de os olhar com condescendência, chegou à conclusão de que o sistema mítico dos povos primitivos e as representações que ele gera servem para estabelecer relações de homologia entre as condições naturais e as condições sociais ou mais exatamente para definir uma lei de equivalência entre contrastes significativos que se manifestam em vários planos: geográfico, meteorológico, zoológico, botânico, técnico, econômico, ritual, religioso e filosófico.

Outra é a opinião da Funai sobre a importância das culturas índias para as ciências humanas.

Tal como as coisas vão, como muito bem diz a professora Heloisa Alberto Torres — antiga colaboradora de Candido Rondon e ex-presidente do Conselho Na-

cional de Proteção ao Índio — "é melhor que se deixe o índio desaparecer de uma vez do território brasileiro".